

**TARIFÁRIO ESPECÍFICO PARA O FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL  
DA APFF, SA PARA O ANO DE 2018**

Nos termos do nº 16 do “Regulamento de Tarifas Específico para o Fornecimento de Água Potável”, aprovado pelo Conselho de Administração da APFF, S.A. em 21.01.2015, é atualizado o tarifário para o fornecimento de água potável dentro da área portuária.

**1- Preços por metro cúbico de água fornecida**

- a) Instalações terrestres fixas (A1).....2,3555 €
- b) Ligações provisórias e tomadas de cais (A2 e A3).....2,7481 €
- c) Entidades oficiais públicas (T1).....1,9629 €

**2- Taxa mensal de disponibilidade**

**Calibre dos contadores Taxa mensal**

Até 15 mm .....	9,63 €
“ 20 mm .....	10,66 €
“ 25 mm .....	13,12 €
“ 30 mm .....	20,24 €
“ 40 mm .....	24,54 €
“ 50 mm .....	34,70 €

A taxa mensal para contadores de calibre superior a 50 mm será fixada caso a caso.

**3- Fornecimentos mínimos, por requisição**

- a) Por tomadas de cais, em sectores comerciais.....10 m3
- b) Por tomadas de cais, em portos de pesca.....5 m3

**4- Utilização de contadores, em fornecimentos de carácter provisório ou temporário**

- a) Contadores fixos.....4,34 € / dia
- b) Contadores portáteis.....8,67 € / dia

**5 - Taxa de saneamento (T2) por metro cúbico de água fornecida**

T2 ..... 1,8352 €

**6 - Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos**

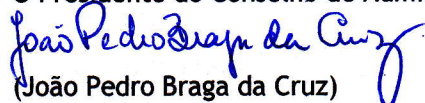
i) Recolha no Porto de Pesca Costeira ..... 8,4062 €

ii) Recolha nos restantes terminais ..... 7,6477 €

A presente Tabela revoga a de 01 de Janeiro de 2017, sendo aplicável aos fornecimentos registados a partir do dia 1 de Janeiro de 2018.

Porto da Figueira da Foz, 18 de Janeiro de 2018.

O Presidente do Conselho de Administração,

  
(João Pedro Braga da Cruz)

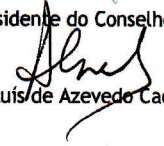
**Anexo: Regulamento de Tarifas Específico para o Fornecimento de Água Potável.**

REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA O  
FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

1. Compete exclusivamente à autoridade portuária o fornecimento de água potável dentro da área portuária sob sua jurisdição, bem como a definição das modalidades de fornecimento que se encontre em condições de praticar;
2. Nos casos em que a autoridade portuária não esteja habilitada a efectuar os fornecimentos, ou em situações especiais expressamente definidas, poderão outras entidades ser autorizadas a fazê-lo de acordo com condições a estabelecer;
3. Os fornecimentos que tenham carácter de continuidade serão previamente requeridos à autoridade portuária;
4. Os fornecimentos isolados serão efectuados mediante requisição;
5. Os ramais de ligação, quando existentes, serão executados por conta dos requerentes, podendo também estes ser autorizados a executar os trabalhos directamente desde que submetidos à orientação e sob a fiscalização dos serviços competentes da autoridade portuária;
6. As taxas por metro cúbico, para o fornecimento de água, serão estabelecidas a partir da tarifa praticada pela empresa Águas da Figueira, S.A., para Utilizadores Não Domésticos do 2º escalão (T1) mediante a respectiva afectação por um factor multiplicativo superior à unidade, por forma a que possam ser tidos em consideração: - o custo na origem; - os encargos com a construção e a manutenção das redes privativas; - as modalidades de fornecimento; - a natureza das instalações; - as fugas e desperdícios que se verificam nas redes e nos aparelhos; - os encargos de administração; o pessoal utilizado; - outros custos associados;
7. São estabelecidas taxas diferenciadas (Ai), consoante a modalidade de fornecimento;
8. Para cada modalidade de fornecimento, as taxas (Ai) são calculadas através das seguintes fórmulas:
  - 8.1. Por instalações terrestres fixas, com carácter de continuidade, por períodos superiores a 30 dias:  $A1 = T1 \times 1,2$ ;
  - 8.2. Em fornecimentos isolados e de carácter provisório ou temporário, através de ramais terrestres, por períodos inferiores a 30 dias:  $A2 = T1 \times 1,4$ ;
  - 8.3. Por tomadas de cais:  $A3 = T1 \times 1,4$ ;
9. São fixadas as seguintes quantidades mínimas de fornecimento, por requisição:
  - 9.1. Por tomadas de cais, em portos de pesca: 5 m<sup>3</sup>;
  - 9.2. Por tomadas de cais, em sectores comerciais: 10 m<sup>3</sup>;
10. O fornecimento a instalações permanentes fixas implica o pagamento de uma taxa mensal de disponibilidade indivisível, em função do calibre dos contadores instalados, igual à praticada pela empresa Águas da Figueira, S.A., para os mesmos calibres;
11. Aos fornecimentos efectuados com carácter de continuidade por instalações fixas de consumidores com o estatuto de entidades oficiais públicas aplica-se a tarifa por metro cúbico praticada pela empresa Águas da Figueira, S.A. para Utilizadores Não-domésticos (T1);
12. Pela utilização de contadores nos fornecimentos previstos em 8.2 é devida uma taxa por dia indivisível e contador, a qual será determinada dividindo por oito a taxa mensal de disponibilidade em vigor para fornecimentos com contadores de 50 mm de calibre, no caso de contadores fixos, ou dividindo por quatro a mesma taxa tratando-se de contadores portáteis;
13. As taxas por metro cúbico, para o saneamento, serão estabelecidas a partir da tarifa praticada pela empresa Águas da Figueira, S.A., Taxa Variável de Saneamento para Utilizadores Não-domésticos do 2º escalão (T2).
14. Para recolha das águas residuais com carácter de continuidade a instalações fixas na área portuária, será aplicada a taxa T2 (definida no ponto 13.), de base mensal e por m<sup>3</sup> de água fornecida, afetada pelo coeficiente 1,1, considerando-se para o efeito 1 escalão único:
  - i)  $T2 \times 1,1$
15. Para recolha de resíduos sólidos urbanos ou similares com carácter de continuidade até 1.100 L de capacidade instalada será cobrada uma taxa fixa mensal em duas categorias, definidas no tarifário específico:
  - i) Recolha no Porto de Pesca Costeira
  - ii) Recolha nos restantes Terminais Portuários
16. O presente regulamento produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2015 e o tarifário a praticar pela autoridade portuária em conformidade com as regras atrás definidas será publicado através de Ordem de Serviço e atualizado pela mesma via sempre que se verifiquem alterações nos tarifários da Empresa Águas da Figueira, S.A.

Porto da Figueira da Foz, 21 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho de Administração

  
José Luís de Azevedo Cacho